



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 31/12/2010

N° 5004377

Versão: 01

Data: 30/06/2009

de Novo Estabelecimento

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS - ATERRO SANITÁRIO DELTA				CNPJ	51.885.242/0001-40
Logradouro	ESTRADA DO MÃO BRANCA				Cadastro na CETESB	244-2333-7
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município		
	KM 3	COMPLEXO DELTA	13001-970	CAMPINAS		

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição
Aterro sanitário

Bacia Hidrográfica

12 - CAPIVARI

UGRHI

5 - PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ

Corpo Receptor

Classe

Área (metro quadrado)

Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Lavra(ha)
413.000,00	50,00	144.000,00		

Horário de Funcionamento (h)

Início	às	Término
08:00		17:00

Número de Funcionários

Administração	Produção
3	27

Licença de Instalação

Data	Número
16/09/1996	111853

A CETESB-Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações, concede a presente licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado; Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD N°	Tipos de Exigências Técnicas
059434	Ar, Solo, Outros

EMITENTE

Local: **CAMPINAS**

Esta licença de número 5004377 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

ENTIDADE



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 31/12/2010

N° 5004377

Versão: 01

Data: 30/06/2009

de Novo Estabelecimento

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. Deverão ser atendidas DE IMEDIATO as recomendações contidas no PARECER TÉCNICO N° 049/09/ESRD de 04.06.2009, o qual passa a fazer parte integrante desta Licença de Operação.
02. A Prefeitura Municipal de Campinas deverá cumprir integralmente, e nos prazos fixados, todas as exigências estabelecidas ou geradas nas análises dos documentos técnicos apresentados e a serem apresentados para atendimento das demandas estabelecidas no TAC - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre a Municipalidade e a CETESB, e nesta Licença de Operação.
03. O lançamento de efluentes líquidos - chorume, gerados no Aterro Delta A deverá atender os padrões legais de emissão e qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto 8468/76 e Resolução CONAMA 357/05 e suas alterações.
04. A Prefeitura Municipal de Campinas deverá manter operação adequada do Aterro para a disposição, compactação e cobertura imediata dos resíduos, de forma a minimizar as emissões odoríferas e a presença de urubus na área do aterro, além da manutenção contínua dos sistemas de drenagens de águas pluviais, chorume, gases e sistemas de monitoramentos das águas superficiais, subterrâneas e da estabilidade do maciço, ficando vedado o uso de resíduo da construção civil para cobertura das células;
05. A Prefeitura Municipal de Campinas deverá manter a sistemática de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas na área de influência do aterro, apresentando trimestralmente os respectivos relatórios conclusivos à CETESB, Agência Ambiental Unificada de Campinas, na forma eletrônica e em papel, acompanhado de ART do profissional responsável e Termo de Responsabilidade firmado pelo representante legal da Prefeitura Municipal de Campinas;
06. Apresentar mensalmente, até o dia 15, à CETESB relatório operacional do aterro em questão, com as seguintes informações referentes ao mês anterior: a) Volume mensal gerado de chorume e sua destinação final; b) o volume disponível para disposição de resíduos e o utilizado no mês; c) o volume remanescente e o tempo previsto para esgotar a vida útil do aterro nas condições vigentes de disposição, considerando a cota final de 630 metros.
O primeiro relatório deverá ser apresentado no dia 15.08.2009.
07. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
08. A Prefeitura de Campinas deverá, até o esgotamento da vida útil do aterro, monitorar os piezômetros instalados e avaliar os dados, acompanhar os deslocamentos dos marcos superficiais e o monitoramento geotécnicos efetuando inspeções rotineiras com o intuito de identificar eventuais trincas por tração, processos erosivos ou inchamentos nas superfícies do talude, paralisando a disposição dos resíduos caso identificada qualquer situação de risco, bem como adotar as medidas emergenciais e corretivas necessárias, comunicando de imediato à CETESB, Agência Ambiental Unificada de Campinas.

OBSERVAÇÕES

01. Esta Licença de Operação autoriza a disposição dos resíduos sólidos domiciliares no Aterro Delta À até atingimento da cota operacional máxima de 630 metros. Atingida esta cota em data anterior à data de validade expressa na folha de rosto deste documento, esta Licença de Operação perderá a sua validade. Caso seja previsto vencimento da validade desta licença, expressa na folha de rosto deste documento, e não atingida a cota operacional máxima de 630 metros, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a Prefeitura de Campinas deverá solicitar à CETESB, Agência Ambiental Unificada de Campinas, prorrogação de sua validade, apresentado estudo técnico que define a data final de sua operação, acompanhado de ART do profissional executor.
02. O não cumprimento, mesmo que parcial, das obrigações assumidas ou geradas nas análises dos documentos técnicos referentes ao TAC, como também das exigências estabelecidas nesta Licença de Operação, ensejará a suspensão de seus efeitos e a aplicação das sanções legais cabíveis.